

GABRIEL DA SILVA VACCARI
REGINALDO TEIXEIRA PEREZ

O CONFLITO DISTRIBUTIVO E OS PARADOXOS DA INTERVENÇÃO: A FIESP DIANTE DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2016)

Recebido em 08/09/2020

Aprovado em 03/05/2021

O CONFLITO DISTRIBUTIVO E OS PARADOXOS DA INTERVENÇÃO: A FIESP DIANTE DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2016)

Resumo

Este artigo busca identificar e examinar as razões que levaram as elites industriais brasileiras a alterar as suas posições em relação aos governos Dilma Rousseff (2011-2016). Conciliando a reconstrução da conjuntura política e econômica com uma análise da linguagem dos atores em foco, examina-se como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), após ter as suas principais demandas acolhidas pelo Governo Federal, abandonou a postura de apoio e passou a criticar a condução econômica de Dilma, sendo uma força mobilizadora *pró-impeachment* em 2016. Após a exposição das interpretações formuladas pela literatura que examinou o fenômeno, propõe-se hipótese complementar: orientados por racionalidade estratégica, diante da mudança de ciclo econômico que levava à queda do crescimento e ao consequente acirramento do conflito distributivo, os empresários industriais secundarizaram a agenda de viés desenvolvimentista que os aproximava das forças organizadas do trabalho e do governo do Partido dos Trabalhadores, e passaram a priorizar a agenda ortodoxa de ajuste fiscal via austeridade e reformas *pró-mercado*, inserindo-se em uma coalizão empresarial unificada com o setor financeiro e apoiando ativamente a interrupção do mandato de Dilma.

Palavras-chave: industriais/FIESP; governo Dilma; política econômica; *impeachment*.

GABRIEL DA SILVA VACCARI

Professor na Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA). Mestre e doutorando em Ciências Sociais pela UFSM.

E-mail: gabriel.vaccari360@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9904-1125>

REGINALDO TEIXEIRA PEREZ

Professor do Departamento de Ciências Sociais e do PPGCS-UFSM. Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ.

E-mail: rtp10@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5131-6433>

¹ Incluindo atualizações e complementos, este artigo tem origem em parte da Dissertação de Mestrado intitulada *Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo: o discurso da FIESP e dos bancos frente à política econômica do Governo Dilma Rousseff (2011-14)*, defendida em março de 2016 (VACCARI, 2016) junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (PPGCS-UFSM). Agradecemos aos pareceristas anônimos da *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* pelas críticas e sugestões que visaram à qualificação do artigo.

Abstract

This article seeks to identify and examine the reasons that led Brazilian industrial elites to change their positions in relation to Rousseff's Administration (2011-2016). Harmonizing the reconstruction of the political and economic conjuncture with an analysis of the language of the actors in focus, it is examined how the Federation of Industries of the State of São Paulo (FIESP), after having its main demands accepted by the Federal Government, abandoned the posture of support and began to criticize Dilma's economic conduct, being a pro-impeachment mobilizing force in 2016. After exposing the interpretations formulated by the literature that examined the phenomenon, a complementary hypothesis is proposed: guided by strategic rationality, before the change in economic cycle that led to the declining growth and the consequent intensification of the distributive conflict, industrial entrepreneurs seconded the developmentalist agenda that brought them closer to the organized labor forces and the Workers Party government, and started to prioritize the orthodox fiscal adjustment agenda via austerity and pro-market reforms, inserting in a unified business coalition with the financial sector and actively supporting the interruption of Dilma's presidency.

Keywords: industrials/FIESP; Rousseff's Administration; economic policy; impeachment.

I. Introdução

Em meio à massa de manifestantes com camisetas amarelas da seleção brasileira espalhados pela Avenida Paulista, reluz um pato inflável gigante. Referência da manifestação, ele é o símbolo da inserção da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) na pressão para precipitar a queda do governo Dilma Rousseff. Quem viu essa cena em algum momento entre 2015 e 2016 talvez não recorde, mas até pouco tempo antes a relação entre o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e a entidade empresarial paulista era bastante distinta. Isso porque, entre meados de agosto de 2011 e abril de 2013, Dilma havia implementado quase na íntegra o núcleo da agenda de políticas econômicas então reivindicada pelos industriais: redução dos juros, depreciação cambial, desonerações tributárias, expansão de subsídios, redução do preço da energia elétrica. Trata-se do pacote conhecido como Nova Matriz Econômica (NME).

Não obstante, ao longo do primeiro mandato de Dilma, os industriais foram paulatinamente se afastando do governo, subindo o tom crítico, até o ponto de defenderem oficialmente e apoiarem ativamente o seu *impeachment*. Alinhando-se a uma profícua produção acadêmica que esquadrinha a atuação política do empresariado brasileiro,² o presente *paper* almeja decifrar esse aparente paradoxo. Quais razões levaram a FIESP a se afastar do governo, logo após este atender às suas reivindicações? Esta questão é a interrogação principal deste artigo. Adotando-se parcimoniosamente elementos da análise de conjuntura política (VELASCO E CRUZ, 2011), combinados à identificação dos significados advindos das posições dos atores sob exame,

² Há uma rica tradição de estudos sobre a atuação política do empresariado industrial brasileiro, com autores destacados como Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Hélio Jaguaribe, Fernando Henrique Cardoso, Warren Dean, Boris Fausto, Luciano Martins, Eli Diniz, Renato Boschi, Luiz Carlos Bresser-Pereira, René Dreifuss, Paulo Roberto Neves Costa, Adriano Codato, Armando Boito Júnior, Antônio Carlos Mazzeo, Décio Saes, Sebastião Velasco e Cruz, César Guimarães, Nícia Vilela Luz, Maria Antonieta Leopoldi, Charles Freitas Pessanha, Marcus Ianoni, além de brasilianistas como Peter Evans, Peter Kingstone, Philippe Schmitter, Ben Ross Schneider e Leigh Payne. Uma excelente sistematização do conjunto de formulações sobre o empresariado industrial como ator político no Brasil pode ser encontrada em Mancuso (2007a).

buscar-se-á discutir e propor hipóteses explicativas para a mudança dos juízos dos industriais em relação a Dilma e sua política econômica.

O artigo está organizado em cinco partes. Na primeira parte, reconstrói-se a relação estabelecida pelos industriais com os governos do PT desde a eleição de Lula, em 2002. Na segunda e terceira partes, analisa-se a relação paradoxal da entidade empresarial com a política econômica do governo Dilma, que vai do apoio à oposição pró-impugnação. Em um quarto momento, apresentam-se e examinam-se as hipóteses que alguns intérpretes elaboraram para tentar explicar esse comportamento político oscilante da entidade industrial paulista. Por fim, argumenta-se em favor da hipótese segundo a qual a alteração de posição política da FIESP foi uma resposta à crise de crescimento e ao acirramento do conflito distributivo que marcaram o período presidencial de Dilma Rousseff.

2. A FIESP nos governos do PT

A vitória eleitoral que levou Lula à presidência da República em 2002, entre outros fatores, foi a realização bem sucedida da aproximação entre setores do empresariado e o Partido dos Trabalhadores, iniciada no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (BOITO JR., 2018; DINIZ, 2010). De um lado, a cúpula do PT, depois de três derrotas eleitorais consecutivas, decidiu abrandar o discurso de ruptura com a ordem, comprometendo-se com valores liberais como a “estabilidade macroeconômica”, o controle da inflação e o “cumprimento dos contratos”.³ Na dimensão propositiva, o PT deixou de pregar mudanças de modelo para defender uma mais suave e gradativa mudança no modelo (PEREZ & BARBOSA, 2019).

Do outro lado, os empresários industriais, afetados pelos efeitos da abertura comercial, da taxa de juros elevada e do real valorizado que marcaram a década tucana, passaram a criticar o liberalismo de FHC e exigir modificações

³ Símbolo maior dessa aproximação do PT com o empresariado é a Carta ao Povo Brasileiro, lançada em junho de 2002, em meio à campanha eleitoral que terminou por conduzir Lula à testa do governo federal.

na condução macroeconômica que oferecessem maior proteção ao mercado interno, mais estímulos fiscais, monetários e cambiais – medidas que os empresários consideravam essenciais para reduzir o chamado “Custo Brasil” e devolver “competitividade” à indústria (MANCUSO, 2007b). Símbolo dessa convergência entre a moderação do PT e a crescente crítica do empresariado à agenda liberal foi a escolha do empresário têxtil José Alencar, do Partido Liberal (PL), para a vice-presidência de Lula.

Com Antonio Palocci no Ministério da Fazenda e Henrique Meirelles à frente do Banco Central, a condução macroeconômica do primeiro mandato de Lula foi caracterizada pela continuidade em face da gestão anterior, mantendo a rigidez no cumprimento do tripé macroeconômico (taxa de câmbio flutuante, geração de superávits primários e metas de inflação), das altas taxas de juros e da autonomia operacional do Banco Central. Os industriais criticaram o “excessivo conservadorismo”, o “monetarismo” e o “medo de crescer” que marcaram a gestão Palocci/Meirelles (DINIZ, 2010).

A partir da segunda metade do primeiro governo Lula, porém, metamorfoses na conjuntura contribuíram para o arrefecimento da ortodoxia na condução econômica. A crise política desencadeada pelo “Escândalo do Mensalão”, em 2005, gerou uma recomposição da coalizão governamental e levou à queda do ministro Palocci, no início de 2006. Em seu lugar, Lula nomeou o então presidente do BNDES, Guido Mantega, economista de conhecida inclinação heterodoxa. A FIESP saudou a chegada de Mantega ao comando da economia. A troca ministerial representava, para a entidade, a substituição da ortodoxia liberal de Palocci por uma posição desenvolvimentista, “pró-crescimento” (BOITO JR., 2018). A gestão de Mantega representou inflexão na condução da macroeconomia, levando a cabo a flexibilização da política monetária, o aumento do gasto e do investimento público e o fortalecimento do BNDES como banco público de fomento (BARBOSA & SOUZA, 2010). Quando o sistema financeiro mundial entrou em colapso após a quebra do banco de investimentos *Lehman Brothers*, em 2008, para dirimir os efeitos recessivos da crise sobre a economia brasileira,

o governo aprofundou a linha heterodoxa, adotando importante pacote de medidas anticíclicas (CARVALHO, 2018). As medidas governamentais de estímulo foram efetivas e, ao ampliarem o ritmo de crescimento econômico (PIB teve elevação de 7,5% em 2010), sustentaram o baixo nível de desemprego e mantiveram os programas sociais de transferência de renda, contribuindo para Lula terminar seu segundo mandato com índices recordes de aprovação popular e, assim, contribuiu para a eleição de sua ex-ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para suceder-lhe na cadeira presidencial.

Mesmo apoiando as medidas de estímulo, a FIESP considerava ainda muito tímidas as providências, aquém de suas demandas. Por isso, no primeiro semestre de 2011, quando o governo Dilma dava seus primeiros passos econômicos na direção fiscal constritiva de debelar a inflação por meio de forte contingenciamento orçamentário e novas rodadas de aumento de juros, a FIESP formalizou uma aliança capital-trabalho com as centrais sindicais (CUT, Força Sindical) para pressionar o governo recém-iniciado a mudar de rota em questões macroeconômicas (SINGER, 2018). Em maio, o presidente da FIESP, Paulo Skaf, em coautoria com os presidentes das centrais sindicais, publicou artigo na *Folha de São Paulo* (26/05/2011) explicando as razões e os objetivos comuns que os levaram a formar a parceria. Com o título “Um acordo pela indústria brasileira”, o texto reconhecia o “grande momento econômico e social” vivido então pelo país e elogiava a decisão política dos governos petistas em apostar no mercado interno como motor do crescimento, mas alertava para a tendência de “encolhimento da participação da indústria de transformação no nosso PIB” e “reprimarização da pauta de exportações” que a estratégia de crescimento adotada impunha ao Brasil. Para reverter o quadro, afirmavam empresários e sindicatos, seria necessário retomar a pauta de desenvolvimento com industrialização, o que só seria sustentado com uma aliança desenvolvimentista entre setor produtivo, trabalhadores e governo:

A previsão de que em 30 ou 40 anos o Brasil será a quarta economia do mundo apenas se sustenta com o restabelecimento do papel da indústria e

com o adensamento de suas cadeias produtivas. Não existem países cujos cidadãos gozem de alto padrão de vida e pleno acesso a bens e serviços que não contem com indústria sólida, diversificada e com alto grau de inserção em mercados internacionais.

A possibilidade de estabelecimento de um diálogo contínuo entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo é algo inovador e reflete o compromisso de construir um Brasil forte e industrializado. Este é o momento para que os diferentes atores desse processo – trabalhadores, empresários e o governo – formem um grande consenso acerca da política industrial nos rumos da economia (SKAF; HENRIQUE & SILVA, 2011, s/p).

No mesmo dia da publicação do artigo, a FIESP e as centrais sindicais promoveram no Moinho Santo Antônio, em São Paulo, ato público para a entrega do documento que formalizava a aliança ao vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB). O texto *Brasil do diálogo da produção e do emprego. Acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e do emprego* expunha a avaliação e as propostas da elite industrial e das centrais sindicais para a economia brasileira, exigindo de forma incisiva o ativismo estatal no “estímulo aos agentes produtivos (empresas e trabalhadores)”, para assim propiciar “um ambiente macroeconômico que não seja limitante da competitividade, e uma política industrial, de inovação e de comércio exterior, que promova os investimentos, a inserção internacional e o emprego de forma a tornar realidade as expectativas otimistas que pairam sobre o Brasil” (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO *et alii*, 2011, p. 3).

As principais propostas elencadas no documento dos industriais e trabalhadores eram: *i*) redução da taxa básica de juros “para nível internacional” e diminuição dos *spreads* bancários; *ii*) desvalorização do real frente ao dólar, para conter importações e estimular as exportações; *iii*) continuidade e fortalecimento da utilização do BNDES como banco de fomento aos investimentos privados; *iv*) aumento de impostos sobre produtos importados e

controle da movimentação de capitais especulativos; *v*) desonerações tributárias para vários setores produtivos; *vi*) adoção do critério de conteúdo nacional como diretriz para as compras governamentais; *vii*) revisão do modelo de concessões das usinas hidrelétricas e redução do preço da energia. Como veremos a seguir, essa agenda de políticas econômicas encontrou eco junto ao governo Dilma e pautou boa parte de sua estratégia no período subsequente.

3. A “Nova Matriz Econômica” como resposta à agenda dos industriais

No inverno de 2011, a conjuntura econômica mundial começou a desenhar um cenário novo para o Brasil. Naquele momento, a crise que começara no sistema bancário norte-americano três anos antes transferia seu epicentro para a União Europeia, contaminando, por tabela, a economia chinesa, reduzindo relativamente seu ritmo de crescimento. A desaceleração econômica de alguns dos mais importantes parceiros comerciais do Brasil, entre os quais a China, principal mercado importador dos produtos agrominerais brasileiros, produziria importante impacto negativo em nossa economia: a queda dos preços das *commodities* – cuja valorização extraordinária havia sido o principal fator externo a beneficiar o desempenho econômico dos governos Lula – confirmava-se no governo Dilma, impondo graves limitações ao financiamento do Estado (DE CONTI & BLIKSTAD, 2018). Diante da encruzilhada, Dilma decidiu aprofundar o desenvolvimentismo que vinha ganhando força no interior da coalizão governamental desde a ascensão de Mantega ao Ministério da Fazenda. A estratégia era tentar, por meio da intervenção estatal, induzir a ampliação do ritmo de crescimento via aumento do investimento produtivo e da reindustrialização do país (SINGER, 2015; BRESSER-PEREIRA, 2015; BASTOS, 2017; CARNEIRO, 2018). Assim

nasceu a Nova Matriz Econômica (NME), uma “ofensiva desenvolvimentista”⁴ que ia claramente ao encontro da agenda da FIESP (CARVALHO, 2018).

Entre as principais medidas da NME, estavam:

- 1) Redução agressiva da taxa básica de juros (SELIC), que despencou, no intervalo de um ano, de 12,5% para 7,25% a.a. – a taxa de juro real chegou, em fins de 2012, a menos de 1%;
- 2) Intervenções do Banco Central na flutuação cambial. O real foi desvalorizado, indo de R\$ 1,65 por dólar, em 2011, para algo em torno de R\$ 2,05, entre o final de 2012 e o início de 2013;
- 3) Afrouxamento da austeridade fiscal, com o superávit primário em proporção ao PIB sendo reduzido de 3,11% (2011) para 2,39% (2012) e 1,90% (2013), até chegar ao déficit primário em 2014 (-0,63%);
- 4) Aumento das alíquotas de IOF sobre investimentos estrangeiros em portfólio, imposição de recolhimento compulsório sobre posições vendidas pelos bancos no mercado de câmbio à vista e regulação de operações com derivativos;
- 5) Manutenção e expansão do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), com o BNDES recebendo aporte de R\$ 400 bilhões do Tesouro Nacional para suas linhas de crédito subsidiado;
- 6) Estímulos e proteção para a indústria, com o lançamento do Programa Brasil Maior e do Programa de Compras Governamentais, destacando-se aqui as desonerações oferecidas para a indústria, as quais chegariam, em 2014, ao montante de R\$ 222,46 bilhões;

⁴ Neste trabalho, define-se *desenvolvimentismo* no sentido proposto por Bielschowsky (2004, p. 7): “projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente”. Singer (2015), ao analisar o mesmo período, utiliza o conceito de “ensaio desenvolvimentista” para caracterizar a natureza da NME. Optamos por “ofensiva desenvolvimentista” por entendermos que a virada na política econômica já estava sendo ensaiada desde o segundo mandato de Lula. Com Dilma, o que houve foi um aprofundamento dessa linha.

7) Reforma do setor elétrico, com revisão do modelo de concessões e redução do preço da energia para consumidores e empresários.

Buscando sustentar o crescimento acenando para a indústria, o governo Dilma flexibilizou o tripé macroeconômico, a autonomia do Banco Central e o sistema de metas de inflação (IANONI, 2018). Vista de perspectiva mais ampla, a NME representava uma ruptura com a postura ortodoxa.⁵ A FIESP reconheceu o esforço do governo em atender sua agenda. Em maio de 2012, quando Dilma esticava a corda na pressão sobre os bancos buscando a redução dos *spreads*, o presidente Paulo Skaf declarou em nota que o Banco Central estava fazendo a sua parte e que era hora de os bancos também contribuírem, já que a queda da taxa de juros deveria chegar aos tomadores finais de empréstimos: “O Banco Central vem baixando os juros há seis meses. Nesse contexto, os bancos devem baixar a taxa de juros para as pessoas físicas e jurídicas. É preciso estimular o crédito para sustentar o crescimento econômico e a geração de empregos no Brasil” (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO *et alii*, 2011, s/p). Para o presidente da FIESP, “lucro não é vergonha”, porém os do sistema financeiro brasileiro seriam excessivos: “no momento em que você [os bancos] tem 30% por ano sobre o patrimônio líquido, isso significa que a cada três anos o patrimônio vai dobrar” (UOL, 2012a). Outras importantes associações de classe dos industriais engrossaram o coro da FIESP na defesa das medidas governamentais e nas críticas ao setor financeiro. O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, manifestava “apoio integral à postura ousada do governo” (UOL, 2012b).

Quando, atendendo à reivindicação industrial de redução do custo da energia, o governo enviou para o Congresso Nacional a Medida Provisória 579 – que previa a mudança do marco regulatório do setor elétrico, barateando as tarifas da eletricidade para o setor produtivo –, a FIESP publicou anúncios

⁵ Não por acaso, um desgaste da até então boa relação entre o governo petista e as finanças começou a processar-se, tendo como principal marco a pressão que Dilma exerceu sobre os bancos no primeiro semestre de 2012, exigindo que eles reduzissem suas taxas de *spread* para empresários e consumidores – ao que os bancos chegaram a oferecer certa resistência, inclusive criticando publicamente as ações governamentais.

de página inteira em vários dos maiores jornais de circulação do país defendendo a medida governamental, definindo a MP como “uma conquista”. O diretor do departamento de infraestrutura da entidade paulista, Carlos Cavalcanti, resumiu em uma frase o motivo do apoio dos empresários ao governo: “a presidente está seguindo a nossa cartilha” (LEO, 2012).

Benjamin Steinbruch, presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e vice-presidente da FIESP, em artigo intitulado “Um país diferente” (*Folha de São Paulo*, 09/10/2012), dava mostras do espírito com que a elite industrial avaliava a condução governamental da economia naquele momento, prognosticando que, se o caminho adotado por Dilma fosse mantido, o Brasil poderia se tornar um país em que os “rentistas” perderiam seus privilégios e teriam que “arregaçar as mangas” e “correr mais riscos”.

Além de reduzir juros, outras medidas vêm sendo tomadas pelo governo desse país diferente para diminuir custos de produção, como desoneração de folhas de pagamentos e cortes de impostos.

É uma tendência muito bem-vinda, porque ela vai estimular exatamente o que esse país mais precisa: investimentos de médio e de longo prazo. Aumentar o investimento é crucial para que o objetivo maior do crescimento da produção e do emprego seja ali cumprido, sem estímulo inflacionário.

Em breve, se a tendência continuar, chegará a hora da verdade para que esse país deixe de ser diferente. Nele, certamente continuará sendo possível “viver de renda”, como diziam os antigos.

Mas a vida, nesses casos, será menos tranquila, porque os ganhos reais cairão, como em qualquer lugar do mundo. Quem quiser obter rendimentos mais elevados terá de arregaçar as mangas, investir em operações produtivas de longo prazo e correr mais riscos. Será um país igual aos outros. Ou, no mínimo, menos diferente. (STEINBRUCH, 2012b).

Apesar das manifestações públicas de apoio dos industriais, os efeitos econômicos esperados não apareciam.⁶ A taxa de investimento, por exemplo, encerrou 2012 em 18,1% do PIB, retração de 4% em relação à taxa de 19,3% registrada em 2011 (OLIVON, 2013). Esta situação jogava um importante questionamento no ar: por que, apesar do pacote de estímulos, os empresários não estavam aumentando o investimento? Ao final de 2012, o economista de notória proximidade com o empresariado industrial paulista, Delfim Netto, em artigo publicado no *Valor Econômico*, tentava dar uma resposta à questão. A explicação para os números “decepcionantes” do PIB e dos níveis de investimento, segundo Delfim, possuía conotação política: o empresariado desconfiava que Dilma objetivava expandir exageradamente o papel de intervenção do Estado sobre o mercado, “controlando preços”, “regulando e controlando a atividade privada”, “estatizando setores estratégicos”:

A falsa ideia que se generalizou no setor financeiro e no setor real da economia – que a política do governo objetiva ampliar a sua ação, fixar preços, regular e controlar a atividade privada, ampliar a “estatização de setores estratégicos” – é consequência da relação vista como hostil pelos que têm contato necessário e direto com os agentes públicos que detêm o poder, o que, aparentemente, tem produzido mais calor do que luz.

Quem conhece a inteligência da presidente, sua disposição de estudar cuidadosamente cada problema e seu pragmatismo, tem muita dificuldade de entender como se chegou a tal distância de confiança entre o governo e o setor privado de infraestrutura. Uma coisa é certa. Enquanto ela não for anulada, é pouco provável que o “espírito animal” volte a comandar os empresários e se ampliem os investimentos. (DELFIN NETTO, 2012, s/p).

O ruído na relação entre Dilma e empresários só aumentaria a partir de 2013, com os industriais engrossando as críticas à condução macroeconômica petista.

⁶ O PIB brasileiro, por exemplo, fechou 2012 com baixo crescimento, 0,9%, pior desempenho desde 2009, quando, no auge da crise internacional, a economia teve retração de 0,3%. O PIB da indústria caiu 0,8% em 2012, em relação a 2011 (ver: PIB industrial cai..., 2013).

4. A FIESP contra Dilma: da crítica moderada à campanha pelo *impeachment*

Pressionado pela falta de resposta do crescimento e do investimento aos estímulos, vendo a inflação aproximar-se do teto da meta e sendo já bastante criticado pelo mercado financeiro, em abril de 2013 o governo recuou em seu projeto de flexibilização monetária e deu início a um novo ciclo de elevação da taxa básica de juros, quebrando assim um dos principais sustentáculos da NME. A mudança na condução econômica de Dilma/Mantega foi acompanhada de importante inflexão com tonalidades liberais no discurso político da FIESP.

O primeiro indício dessa mudança no discurso dos industriais deu-se justamente no tocante à questão dos juros. Ao longo da segunda metade de 2013, os industriais criticaram o retorno do processo de aperto monetário levado a cabo pelo BC. Até aqui, nenhuma novidade. A diferença estava na forma da crítica: as entidades de classe empresariais passaram a cobrar, de forma cada vez mais incisiva, um ajuste fiscal via corte de gastos correntes do governo como forma principal de enfrentar a inflação – em alternativa à elevação da taxa de juros. Após a reunião de julho do Comitê de Política Monetária (COPOM), por exemplo, a CNI, alertando que “todo o ônus do controle dos preços não poderia recair sobre o setor produtivo”, exclamava ser “necessária uma revisão da combinação de políticas e uma readequação do ritmo de expansão dos gastos públicos às necessidades da estabilização, de modo a gerar condições de um ciclo de juros menos intenso” (A INDÚSTRIA quer..., 2013, s/p). Ao criticar a decisão do COPOM de elevar novamente a taxa de juros em agosto, a FIESP reforçou a reivindicação por “mudanças na política econômica, na direção de maior controle de gastos e menor uso da taxa de juros” (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013a). Comparada aos argumentos utilizados pelos empresários ao longo da ofensiva desenvolvimentista em 2012, a demanda por “disciplina fiscal no lugar de aperto monetário para combater a inflação” sinalizava uma mudança de foco discursivo, sintoma de um

reposicionamento político. O alvo do ataque deixava de ser o “monetarismo do BC a serviço da especulação financeira” e passava a ser a indisciplina fiscal do governo que não fazia a “lição de casa” ao não cortar os próprios gastos para permitir ao país ter taxas de juros menores.

Uma segunda importante inflexão em direção à ortodoxia no discurso industrial se deu na política de comércio exterior. Pouco tempo antes, em 2011, como já citado, a FIESP denunciava a “enxurrada de importados” e cobrava medidas de proteção para o mercado interno, as quais dariam condições para a indústria local fazer frente à concorrência imposta pelos manufaturados estrangeiros. Pois, a partir da segunda metade de 2013, os industriais romperam com esse comportamento protecionista e passaram a criticar o isolamento comercial do Brasil, especialmente o seu fechamento no Mercosul. Como alternativa à situação, entidades como a FIESP, a CNI e o Instituto de Estudo para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), passavam a reivindicar a integração do país nas “cadeias internacionais de valor”, através da assinatura de acordos de livre-comércio com países e blocos líderes em inovação tecnológica, como os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão. Essa mudança na política comercial proposta pela FIESP foi sistematizada e publicada no documento *Agenda de integração externa* (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013b). O empresário Pedro Passos, presidente do IEDI, explicou a nova posição: “Estamos superando uma etapa onde (sic) a prioridade total era o mercado interno. O consumo local já não é mais suficiente para dar todas as respostas que o setor produtivo procura” (INDÚSTRIA pede gasto..., 2013).

Uma terceira inflexão foi a intensificação das pressões dos industriais por “flexibilização e modernização das leis trabalhistas”. A demanda por revisão da Consolidação das Leis Trabalhistas, que é uma pauta de longa data do empresariado, voltou a ganhar força na segunda metade do governo Dilma. No final de 2012, a CNI, em parceria com a FIESP, já havia apresentado ao público o documento denominado *101 propostas para a modernização trabalhista* (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2012). Naquela

segunda metade de 2013, a revisão das leis trabalhistas voltou ao centro das polêmicas, com a intenção da Câmara dos Deputados em votar o Projeto de Lei 4.330/2004, que visava a regulamentar e expandir as terceirizações por parte das empresas. As mesmas centrais sindicais que dois anos antes haviam assinado o “paço pró-produção” com a FIESP (CUT, UGT, CTB, Força Sindical) foram protestar contra o PL na frente do prédio da entidade empresarial (CENTRAIS sindicais protestam..., 2013), como um forte indício de que a “frente produtivista” estava implodindo. O retorno de propostas de flexibilização das leis trabalhistas ao centro do debate não era fruto do acaso. A política de valorização real do salário mínimo e a redução do desemprego, marcas dos governos petistas, estavam gerando no país um aumento da renda do trabalho acima do aumento da produtividade, elevando os custos de produção e corroendo os ganhos do capital industrial, como denunciaram em artigo conjunto os empresários Paulo Francini (FIESP) e Rogério César de Souza (IEDI) (FRANCINI & SOUZA, 2013).

Confirmando a neófito postura, em 2014, o antes entusiasta da política econômica de Dilma, Benjamin Steinbruch, no posto de presidente interino da FIESP (Skaf licenciara-se do cargo para disputar o governo de São Paulo pelo PMDB), durante a abertura de congresso organizado pelo Instituto Aço Brasil (IABr), alertava que “só louco investe no Brasil” (LAGUNA; ALONSO & RIBEIRO, 2014). Durante o processo eleitoral, Steinbruch alvejou novamente o governo Dilma. Em entrevista concedida ao jornalista Kennedy Alencar, do *SBT*, quando perguntado sobre a falta de confiança do empresariado na política econômica (àquela altura já bastante evidente para todos), Steinbruch disse que, na verdade, antes de qualquer coisa, “faltava política econômica e previsibilidade em termos de governo”. Sobre o principal erro econômico do governo, o empresário bateu na questão fiscal: “gastar dinheiro de forma desordenada”. Na sua avaliação, a presidente-Dilma pecava ao “centralizar bastante as decisões” e fazer “do jeito que achava certo, tentando acertar, mas, na verdade, faltou discussão, faltou entendimento, faltou convergência com o mercado”. Ainda segundo ele, a

presidente teria o defeito de ser “fechada em si mesma”, “distanciada da realidade” (STEINBRUCH, 2014a).

Em entrevista à revista *Veja*, Steinbruch voltou à carga: “vivemos uma situação em que estamos tentando há bastante tempo uma interlocução com o governo para alertá-lo sobre os problemas de vários setores. A interlocução tem sido muito difícil. O governo não está ouvindo os alertas dos empresários” (STEINBRUCH, 2014b). Além disso, chancelou de forma cristalina a hipótese apresentada por Delfim Netto: o empresariado considerava o governo excessivamente intervencionista.

A presidente Dilma não encontrou o mesmo ambiente favorável e adotou uma política mais intervencionista. Não vejo nela nada que não seja trabalho e vontade de acertar. Mas ela parece não confiar na capacidade da iniciativa privada no Brasil de assumir suas responsabilidades, o que a leva a colocar o Estado para competir onde ele não é necessário.

Por isso, começou a intervir de maneira muito determinada em alguns setores, distanciando-se da interlocução com o setor produtivo. O Brasil continua o mesmo, os empresários continuam os mesmos, as oportunidades continuam as mesmas. Agora, faltam confiança, proximidade, convergência, determinação. (STEINBRUCH, 2014b; grifos nossos)

No pleito de 2014, após disputa acirradíssima no segundo turno com Aécio Neves (PSDB), Dilma conquistou a reeleição presidencial. Tentando mitigar os problemas avolumados no horizonte, o governo recém-eleito inverteu os sinais da política econômica, passando a defender as medidas restritivas reivindicadas pelos empresários, que antes condenara na campanha. A presidente demitiu Mantega e escolheu para ser seu novo ministro da Fazenda o economista ortodoxo Joaquim Levy, membro do Conselho Executivo do banco *Bradesco*. Levy, além de realizar forte contração fiscal, reduzindo o ritmo de crescimento dos gastos públicos de 12,8% em 2014 para 2,1% em 2015, propôs reformas nas concessões de benefícios sociais e restringiu a oferta de crédito subsidiado (MELLO & ROSSI, 2017). Em uma espécie de retorno à conjuntura pré-eleitoral de 2002, o PT novamente manobrava

buscando a recuperação de sua credibilidade junto às elites econômicas. Esta mudança estratégica, porém, agora se efetivava em um contexto muito mais adverso que aquele de 12 anos antes. A crise econômica que se aprofundava, a desmobilização da base social petista que se sentia traída com o “estelionato eleitoral”, a perda de apoio do governo no Congresso Nacional e as denúncias de corrupção apresentadas pela operação Lava-Jato formaram uma combinação que derrubou a popularidade presidencial e praticamente inviabilizou o segundo mandato de Dilma desde o seu início. Logo após a posse, setores da oposição e movimentos de rua começaram a flertar com a bandeira do *impeachment*.

Após um primeiro semestre de 2015 marcado por obstruções das votações dos projetos governamentais de ajuste fiscal no Congresso, lideradas pelo presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB), em agosto a FIESP e a FIRJAN divulgaram nota pública conjunta “em prol da governabilidade”, pedindo “responsabilidade e união em prol do Brasil” para as forças políticas envolvidas na crise (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO & FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2015) – um claro aceno positivo dos empresários para a sustentação do governo Dilma. Em dezembro, porém, Eduardo Cunha, depois de muitas ameaças ao governo e flertes com a oposição por conta de um processo instaurado contra ele na Comissão de Ética da Câmara em decorrência de seu envolvimento com os escândalos da Lava-Jato, decidiu pela admissibilidade do processo político de *impeachment* contra a presidente Dilma. Mudando radicalmente em relação ao seu posicionamento de quatro meses antes, a FIESP manifestou apoio formal à destituição presidencial. Levantamento do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da FIESP e do CIESP (Depecon), realizado entre os dias 9 e 11 de dezembro de 2015, e que ouviu 1.113 empresas no estado de São Paulo, apontava que 91,9% dos empresários industriais paulistas eram favoráveis à FIESP se posicionar a favor do processo de *impeachment*. As justificativas, segundo Paulo Skaf, eram a “incapacidade de efetivar o ajuste fiscal”, a “perspectiva de estouro do orçamento” e a “total falta de credibilidade do

governo” (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015).

Em nossa leitura, ao menos três fatores combinados contribuíram para essa mudança de posição “pela estabilidade”, em agosto, para o apoio aberto à deposição presidencial, em dezembro. O primeiro foi a avaliação de que com sua popularidade abaixo de 10% e sem apoio no Congresso, a presidente Dilma não conseguiria aprovar as medidas de ajuste fiscal e não teria forças e habilidade para superar a crise de ingovernabilidade na qual estava mergulhada. O segundo fator é que o vice-presidente Michel Temer (PMDB) passou a apresentar-se como alternativa capaz de liderar um esquema de poder diante do impasse político. Foi em palestra para empresários paulistas que ele emitiu o primeiro grande sinal nesta direção, quando afirmou ser necessário “alguém capaz de unir e pacificar o país”. O terceiro e mais decisivo elemento a influir na decisão da FIESP de apoiar a substituição de Dilma por Temer foi o programa econômico de viés liberalizante apresentado pelo PMDB, intitulado *Uma ponte para o futuro*. Neste, o partido do vice-presidente comprometia-se com a austeridade fiscal via corte de gastos e sem aumento de impostos, com privatizações, rearranjo da orientação da política de comércio exterior, além de reformas constitucionais de flexibilização de leis trabalhistas, de fim dos reajustes automáticos do salário mínimo e das vinculações orçamentárias, de reforma previdenciária, entre outras (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015). Em linhas gerais, o conjunto das propostas econômicas peemedebistas acenava para as demandas que os industriais e as demais elites empresariais vinham apresentando desde meados de 2013.

Entre março e abril de 2016, a FIESP assumiu de vez o papel de liderança do movimento pró-destituição presidencial. Foi então que a sede da entidade iluminou sua fachada com a bandeira brasileira e insígnias como “Renúncia Já” e “Impeachment Já”, além de promover a famosa campanha publicitária “Não vamos pagar o Pato”. A FIESP montou uma infraestrutura na frente da sua sede, na Avenida Paulista, para receber manifestantes e

publicou anúncios de 14 páginas nos principais jornais do país defendendo o *impeachment*. Skaf fez inúmeras chamadas para a população comparecer aos protestos anti-Dilma, além de ter liderado o *lobby* empresarial junto aos deputados federais em Brasília, pressionando os congressistas a votarem pela impugnação de Dilma (MACIEL, 2016). “Nós queremos um outro governo, nós queremos que sejam recuperadas a confiança e a credibilidade. Caso contrário não há investimentos, não há consumo, e sem os dois não há crescimento e não há emprego” (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016), declarava o líder industrial. O *impeachment* de Dilma foi admitido pela Câmara Federal em 17 de abril e concluído no julgamento do Senado em 31 de agosto. Após período de interinidade, Temer assumiu definitivamente a chefia do Estado. A FIESP comemorou e cobrou: “Chegou a hora de voltar aos trilhos da confiança, do desenvolvimento, da gestão eficiente, da boa governança, do crescimento e da geração de empregos e riquezas para o país [...] O novo governo chega com um voto de confiança da nação. Mas deve, com a ajuda de todos, ser firme no esforço diário pela reconstrução do nosso Brasil” (APÓS *impeachment...*, 2016).

5. Uma esfinge, algumas hipóteses

A inflexão na posição e na postura dos empresários industriais processada entre 2011 e 2016 atraiu a atenção de diversos analistas políticos, que elaboraram hipóteses para explicar as raízes de tal movimento. A seguir, sistematizamos as principais teorias para o fenômeno.

A primeira e mais intuitiva hipótese a se considerar é de que os industriais se afastaram de Dilma simplesmente porque a NME fracassou, não entregou o que prometera (BARROS, 2016). Foge ao escopo deste trabalho a análise acerca das razões econômicas de tal fracasso, mas inequivocamente o crescimento e o aumento dos investimentos produtivos que se esperava obter como resultado das intervenções desenvolvimentistas não apareceram. Entre 2012 e 2014, o PIB cresceu abaixo da média dos anos anteriores, a taxa de investimento caiu, a inflação cresceu, as finanças públicas tornaram-se

deficitárias. Em 2015 e 2016, o país entrou em profunda recessão, com a deterioração de todos os indicadores econômicos. A NME não reverteu a desindustrialização da economia, que se aprofundou. Quando Dilma assumiu, em 2011, a indústria respondia por 13,9% do PIB; em 2014, havia recuado para 10,9% (FIESP, 2014). O PIB industrial em 2012 teve retração de -0,8%; em 2013, cresceu 1,3%; em 2014, nova queda de -1,2%. Na recessão gerada na crise de governabilidade do segundo mandato de Dilma, em 2015 e 2016, a indústria teve quedas de -6,2% e -3,8%, respectivamente. Como os empresários são atores fundamentalmente pragmáticos, não haveria elementos objetivos para continuar apoiando o governo Dilma, mesmo que este tenha implementado a agenda até então defendida pelos industriais (BIANCHI, 2015; IANONI, 2018). A FIESP teria feito uma inflexão em direção à agenda ortodoxa porque a agenda desenvolvimentista anteriormente defendida pela entidade e implementada pelo governo mostrou-se concretamente ineficaz.

Uma segunda hipótese é que o processo de financeirização das economias, intrínseco à lógica do capitalismo contemporâneo, teria levado à diminuição da clivagem estrutural de interesses entre setor produtivo e financeiro (TAVARES, 2014). Atraídos por taxas de juros altas ofertadas por aplicações financeiras com rentabilidade e segurança muito maiores que os arriscados investimentos produtivos, muitos empresários ligados à produção comprometeram parte significativa do capital de suas empresas com atividades rentistas. Parcela significativa dos grandes industriais, assim, não teria mais interesse claro em reduções significativas dos juros. Além disso, muitas empresas industriais que abriram capital na bolsa passaram a ter parte de suas ações controladas por interesses especulativos, e/ou foram adquiridas e passaram a ser administradas por bancos e fundos de investimento (DALLA COSTA & SOUZA-SANTOS, 2012). A própria Dilma Rousseff apontou para essa mudança estrutural na relação entre indústria e setor financeiro (a qual ela teria subestimado ao levar a cabo a NME), ao avaliar criticamente as razões que teriam levado os empresários a somarem forças para apeá-la da

presidência.⁷ Esta hipótese, porém, parece apresentar insuficiências. Se o entrelaçamento econômico entre setores levou à indiferenciação de interesses produtivos e rentistas, diminuindo o ímpeto da demanda industrial por relaxamento da política monetária, por que as entidades representativas dos industriais continuaram dando tanta centralidade a essa agenda ao longo do período? Em momento algum há sinal de abandono dessa pauta. A FIESP e demais entidades industriais criticaram incisivamente a retomada do ciclo de elevação da taxa de juros que se dá a partir do segundo semestre de 2013. A diferença, como demonstramos anteriormente, era a forma da crítica, focada na “indisciplina fiscal do governo”.

Uma terceira explicação possível é que a adesão da FIESP à agenda liberal seria uma reação ao excessivo ativismo estatal presente na NME. Ter-se-ia disseminado nos círculos das elites empresariais a leitura de que o governo Dilma visava, usando as palavras de Delfim Netto, a “ampliar a sua ação, fixar preços, regular e controlar atividade privada, estatizar setores estratégicos”. Como demonstramos, os próprios empresários articularam sua crítica nos termos de reação à intervenção governamental excessiva: Dilma parecia “não confiar na capacidade da iniciativa privada no Brasil de assumir suas responsabilidades”, o que a levou a “colocar o Estado para competir onde ele não é necessário”, conforme a avaliação de Steinbruch. Parece-nos adequado ressaltar, porém, que a crítica industrial ao “intervencionismo” foi seletiva: ela se concentrou no “excesso de gasto público”, em “excessivas regulamentações”, nas “amarras do mercado de trabalho” e na resistência a qualquer proposta de elevação de tributos. A FIESP, por outro lado, não

⁷ Dilma, já na condição de ex-presidente, em entrevista concedida em 2017 ao jornal *Esquerda Petista* e recuperada pela *Revista Fórum*: “Quando iniciamos o processo de baixar os juros, nós abrimos uma discussão e não apareceu ninguém na discussão. Não apareceu apoio nenhum. Por quê? Porque os empresários brasileiros são maus? Não [ri]. [...] Por que é que eles não queriam juro baixo? Porque também ocorreu o processo de financeirização aqui. A JBS tem banco. Quem era o chefe do banco da JBS? Você sabe? O companheiro [Henrique] Meirelles! Todas as grandes empresas brasileiras têm uma variante bancária chamada tesouraria, na qual a parte financeira é, progressivamente, mais significativa que a parte produtiva. [...] A financeirização é implacável, ela muda completamente a lógica. Quem perde com juro alto é a média indústria. A grande não perde e a pequena não muito, porque tem juros subsidiados.” (ROUSSEFF, 2017). Sobre o processo de financeirização, ver Lapavistas (2011).

reclamou de intervenções governamentais que concederam à indústria uma série de subsídios, desonerações e proteção de mercado interno.

O politólogo André Singer considera que esse movimento paradoxal dos industriais diante do Estado, no qual se demanda a ação interventora e, logo depois, se reclama do intervencionismo excessivo no mercado, encontra antecedente histórico na conjuntura que levou ao golpe civil-militar de 1964, analisada por Fernando Henrique Cardoso em seu clássico *Empresariado industrial e desenvolvimento econômico*. Inspirado em FHC, para Singer, descontadas as muitas particularidades que diferenciam os dois momentos históricos, tal como ocorrera na crise que levou à queda de João Goulart, no governo Dilma, a burguesia industrial, em um primeiro momento, demandou “ativismo estatal pró-industrialização”, mas, no segundo momento, reticente quanto ao fortalecimento de um “poder sobre qual teme perder o controle e que pode favorecer excessivamente os trabalhadores”, voltou-se “contra seus próprios interesses imediatos’ para evitar mal maior: uma política nacional que represente a ascensão das camadas populares” (SINGER, 2018). A similaridade de atuação nas duas conjunturas indicaria certo padrão histórico de comportamento pendular dos industriais diante do Estado.

Singer também constrói hipótese tentando explicar a inflexão dos industriais no tocante à política de comércio exterior. Conforme demonstramos, entre 2011 e 2014 a FIESP passou de um discurso explicitamente protecionista para outro, pró-acordos de livre-comércio e abertura econômica. Para Singer, a raiz desse reposicionamento estaria na “mudança das relações entre burguesia interna e capital internacional pós-crise de 2008”. A alteração na postura dos empresariais neste quesito estaria embasada nos seguintes pontos: a) percepção da ameaça representada pela competição imposta pelos produtos industriais chineses e sua busca pela captura do mercado interno brasileiro; b) incapacidade de a indústria crescer se ficasse presa ao mercado de consumo brasileiro, que começava a desaquecer; c) a constatação de que a prioridade às relações comerciais com o Mercosul, África

e Ásia, que marcara a política externa “Sul-Sul” petista, estava afastando a indústria brasileira da oportunidade de se integrar nas cadeias internacionais de valor por meio da adesão a tratados que aproximassem o Brasil da União Europeia e dos EUA, como o *Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP)*, em negociação naquele momento (SINGER, 2016).

Outro elemento importante para compreender o comportamento dos industriais estaria ligado ao aguçamento das contradições entre capital e trabalho ocorrido no governo Dilma, decorrente de três processos problemáticos para os interesses empresariais. O primeiro é a diminuição e manutenção da taxa de desemprego para os níveis mais baixos já registrados em toda série histórica, flutuando entre 6,0% (2011) e 4,3% (2014), a despeito da redução do ritmo de crescimento do PIB (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2015). Resultado das políticas adotadas desde os governos Lula, o desemprego baixo diminuiu drasticamente a capacidade de os empresários imporem redução ou estagnação salarial aos empregados. Aliado à política de reajustes reais automáticos do salário mínimo acima da inflação implantada pelos governos petistas, o desemprego baixo contribuiu para o aumento do valor dos salários acima da produtividade média, o que elevou o custo unitário do trabalho, o qual, por sua vez, com a queda do poder de compra da população gerada pelo desaquecimento econômico no mandato de Dilma, não pôde mais ser repassado para o preço final dos produtos, comprimindo as taxas de lucro industrial (BRESSER-PEREIRA, 2015; MARQUETTI; HOFF & MIEBACH, 2020; FREITAS, 2021; SERRANO & SUMMA, 2018). As condições favoráveis do mercado de trabalho, por fim, estimularam os sindicatos de trabalhadores a se mobilizarem crescentemente em paralisações e greves buscando obter ganhos salariais reais.

Conforme demonstrado pelo sociólogo Ruy Braga em estudo sobre o sindicalismo nos governos petistas, entre 2008 e 2013 houve ganhos reais, crescentes e continuados nas negociações coletivas lideradas pelos sindicatos, sendo que 2013 representou a maior onda grevista já registrada no Brasil:

foram registradas 2.050 greves naquele ano, superando 1990, até então o recordista (BRAGA, 2016). Baseando-se em teorias desenvolvidas pelo economista polonês Michal Kalecki e pelo sociólogo alemão Wolfgang Streeck, Fernando Rugitsky (2015) elaborou hipótese segundo a qual a não elevação (e depois, a retração) da taxa de investimento empresarial, mesmo com os estímulos da política econômica de Dilma, seria uma reação do capital aos ganhos crescentes do trabalho, que assumiria a forma de uma espécie de “greve de investimentos”, por meio da qual os empresários buscam pressionar os governos a adotarem medidas de reversão do pleno emprego e desvalorização dos salários. Reconhecendo que tal argumento pode ser acusado de “possuir natureza de teoria conspiratória”, o autor ressalta que sua tese está baseada na premissa de que as “decisões de investimento não são tomadas de forma completamente atomizada, por firmas que não estabelecem quaisquer relações entre si”; na verdade, “ao contrário, se a economia e a política são duas faces de uma mesma realidade social, é esperado que também os investimentos sejam objeto de barganha e negociação” (RUGITSKY, 2015, s/p). É uma leitura instigante, porém, em nossa avaliação, carece da capacidade de explicitar empiricamente os mecanismos pelos quais os empresários seriam capazes de concertar ação coletiva tão ampla e complexa.

6. Mudança de ciclo econômico, acirramento do conflito distributivo e realinhamento de coalizões empresariais

É possível que a combinação dos fatores sublinhados pelas hipóteses apresentadas explique de modo significativo o comportamento oscilante da FIESP no governo Dilma: diante dos resultados econômicos frustrantes da NME e das mudanças de forças nas relações internacionais, os industriais, estruturalmente cada vez mais fundidos com o setor financeiro, reagiram contra a intervenção excessiva do Estado e o aumento do custo do trabalho. Adicionamos outra hipótese que, em nosso juízo, contribui para complementar o quadro explicativo: o fim do ciclo de crescimento econômico, resultado da queda do preço internacional das *commodities* exportadas pelo

Brasil e da elevação das taxas de juros internacionais e potencializado pela ineficácia das respostas governamentais, levou ao acirramento do conflito distributivo, fez colapsar a sustentação material da coalizão social conciliadora do lulismo e influenciou os industriais a preterirem a agenda econômica de viés desenvolvimentista que os aproximava politicamente dos sindicatos de trabalhadores, substituindo-a pela priorização de agenda de corte ortodoxo, que os aproximou do setor financeiro.

Durante os governos Lula, a economia brasileira apresentou crescimento médio de 4% ao ano. No primeiro mandato de Dilma, caiu para 2,2%. Em 2015 e 2016, a crise de governabilidade alimentou grave recessão. Para além dos possíveis acertos e erros das políticas econômicas adotadas por tais governos, a desaceleração foi resultado de uma mudança de ciclo econômico externo típica da estrutura e da inserção da economia brasileira – e latino-americana – no plano internacional (BIANCARELLI; ROSA & VERGNHANINI, 2018). Conforme aponta Campello (2018), por ter níveis baixos de poupança interna e ser industrialmente pouco competitivo, o Brasil insere-se no mercado mundial na condição de importador de capital e exportador de *commodities* agrominerais, tais como minério de ferro, soja, carne, petróleo. Essas duas características estruturais fazem nossa economia ter seu desempenho fortemente atrelado a duas variáveis exógenas e flutuantes: os preços internacionais das *commodities* e as taxas de juros internacionais. Quando os preços das *commodities* estão em alta e as taxas de juros internacionais estão baixas ou em queda, crescem nossas receitas de exportação, há maior injeção de recursos na economia, o país atrai investimentos financeiros externos. O crescimento melhora a arrecadação do Estado, contribuindo para a saúde fiscal. Nesses “ciclos de bonança”, é possível crescer e distribuir renda, mantendo a estabilidade macroeconômica. Em termos políticos, os governos ganham espaços orçamentários para atender e conciliar interesses diversos. De outra parte, quando os preços das *commodities* ficam baixos e as taxas de juros internacionais são elevadas, a queda nas exportações deteriora os termos de troca e os investidores migram seus capitais para economias de moeda forte. O crescimento cai, o

Estado é privado de receitas, as contas públicas se desequilibram. Abrem-se “ciclos de crise”, torna-se difícil conciliar crescimento, distribuição e estabilidade. Politicamente, a margem de manobra dos governos é estreitada, surge a necessidade de ajustes fiscais e aprofunda-se a disputa dos diferentes grupos políticos e sociais pelo controle do orçamento (*ibidem*).

Os dois mandatos de Lula foram beneficiados por um ciclo externo de bonança que impactou positivamente o conjunto das economias latino-americanas. No início do governo Dilma, porém, o cenário internacional reverteu-se, iniciando um ciclo de crise (*ibidem*). A NME foi a estratégia elaborada para reverter a desaceleração, mas, ao fracassar, ampliou o problema. Emperrada a alavanca do crescimento, a base de sustentação material da fórmula de conciliação de interesses empresariais e trabalhistas que caracterizava o núcleo do “reformismo fraco lulista” (SINGER, 2012) entrou em corrosão. Não era mais possível manter, nos mesmos termos, o compromisso pluriclassista. Sem crescimento, o jogo distributivo deixou de ser de “soma variável”, em que a ampliação da riqueza total gera incentivos para a cooperação e a formação de soluções de compromisso entre forças do capital e do trabalho (PRZEWORSKI & WALLERSTEIN, 1981), e passou a ser de “soma zero”, no qual se acirra o conflito pelo acesso à riqueza. Neste, “para que um dos agentes ganhe, outros necessariamente perdem na mesma proporção” (PERISSINOTTO, 2010, p. 122). “Um cenário em que, no melhor dos casos, a soma era constante (com tendência ao congelamento do perfil social de distribuição da riqueza) e, no pior, era negativa, em que alguns grupos seriam obrigados no mínimo a reduzir o ritmo de apropriação da renda gerada” (SANTOS, 2017, p. 42).

Mudado o ciclo econômico, estratégica e pragmaticamente, a FIESP repositionou-se. A partir de 2013, a agenda de reivindicações de cunho desenvolvimentista, que fora em larga medida atendida pela NME, foi sendo gradativamente secundarizada em relação a outro conjunto de reivindicações, de proeminência crescente: ajuste fiscal via corte de gastos públicos (sem aumento de impostos) e reformas estruturais de flexibilização das leis

trabalhistas, constitucionalização de um limite para as despesas públicas, revisão da política de reajuste salarial e redução de custos previdenciários. O aprofundamento da crise econômica e a ineficácia na NME fizeram os industriais avaliarem que o custo salarial e tributário das políticas redistributivas passara a exceder o custo monetário e cambial da macroeconomia ortodoxa. Essas medidas, de corte liberal, levaram à ruptura da aliança com as forças organizadas do trabalho e à aproximação com a plataforma tradicionalmente defendida pelo setor financeiro.

Desse modo, em termos políticos, *o acirramento do conflito distributivo fez com que as linhas demarcatórias da cooperação e do conflito fossem redefinidas: no lugar da aliança produtivista capital industrial-trabalho, formou-se uma repactuação de amplo arco de frações das elites empresariais da indústria e das finanças, unidas pela rejeição crescente à condução econômica heterodoxa do governo Dilma e pela defesa do ajuste fiscal via austeridade e de reformas pró-mercado* (BOITO JR., 2018; SINGER, 2018; BRESSER-PEREIRA, 2015; BASTOS, 2016; IANONI, 2018; SERRANO & SUMMA, 2018). Foi para reconquistar o apoio dessa “frente ampla” empresarial e dar sustentação ao governo que Dilma inverteu os sinais de sua política econômica no início do segundo mandato. Entretanto, diante da crise de governabilidade, da instabilidade e da recessão de 2015, o programa *Uma ponte para o futuro* de Michel Temer/PMDB parecia ser mais atraente.

7. Considerações finais

Atores pragmáticos movidos por uma racionalidade de fins à promoção de seus interesses, os empresários apresentam grande maleabilidade em suas posições, aderindo a diferentes valores, ideologias e alianças políticas a depender dos contextos econômicos e das relações de forças políticas. A aparente incoerência de discurso encobre a profunda coerência de interesses, traduzidos de diferentes modos em distintas situações. A conjuntura analisada neste artigo é exemplar desse traço característico do comportamento dessas elites industriais.

Entre 2011 e 2016, em decorrência da combinação de desaceleração econômica internacional e políticas econômicas adotadas pelo governo Dilma, o ciclo de crescimento que havia sustentado o modelo de compromisso lulista havia se esgotado e provocava salientes reflexos na política. A passagem do jogo de “soma positiva” para o jogo de “soma zero” acirrou o conflito distributivo, ensejando um movimento pendular triplo dos empresários industriais paulistas: a FIESP transitou (i) da agenda desenvolvimentista para a agenda ortodoxa; (ii) da coalizão produtivista com as forças organizadas do trabalho para uma coalizão empresarial com o setor financeiro; (iii) do apoio ao governo Dilma à atuação mobilizadora em favor do *impeachment*.

Essa inflexão crítica no comportamento dos empresários industriais, somada à perda de apoio popular e congressual, contribuiu para pôr fim à experiência de 14 anos do PT no Poder Executivo Federal. Em um país com a estrutura social e econômica como a do Brasil, resta plausível a indagação: é possível haver relação política estável entre um governo de centro-esquerda e o empresariado quando a economia perde dinamismo e/ou para de crescer?

Referências

- “A INDÚSTRIA quer derrubar o muro”. *Isto É Dinheiro*, São Paulo, 07/06/2013. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20130607/industria-quer-derrubar-muro/3743>. Acesso em: 02/12/2015.
- “APÓS alta da Selic, Firjan e Fiesp cobram maior rigor fiscal do governo”. *Valor Econômico*, São Paulo, 10/07/2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3194154/apos-alta-da-selic-firjan-e-fiesp-cobram-mais-rigor-fiscal-do-governo>. Acesso em: 02/12/2015.
- “APÓS impeachment, FIESP comemora e cobra medidas de Temer e do BC”. *Revista Isto É*, 31/08/2016. Disponível em: <http://istoe.com.br/apos-impeachment-fiesp-comemora-e-cobra-medidas-de-temer-e-do-bc>. Acesso em: 12/03/2019.
- BARBOSA, Nelson & SOUZA, José Antonio Pereira de. “A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda”. In: SADER, Emir & GARCIA, Marco Aurélio. *Brasil, entre o passado e o futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 2010, pp. 69-103.
- BARROS, Celso Rocha de. “Sobre o ‘experimento desenvolvimentista de Dilma Rouseff’: uma discussão com André Singer”, *Revista Fevereiro*, n. 9, pp. 22-40, São Paulo, abril 2016. Disponível em: <http://www.revistafevereiro.com/pdf/9/Revista9.pdf>. Acesso em: 15/04/2020.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. “Ascensão e crise do governo Dilma Rouseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia”, *Revista de Economia Política*, n. Especial, pp. 1-63, Rio de Janeiro: UFRJ, março 2017.
- BIANCARELLI, André; ROSA, Renato & VERGNHANINI, Rodrigo. “O setor externo no Governo Dilma e seu papel na crise”. In: CARNEIRO, Ricardo; BALTAR, Paulo & SARTI, Fernando (orgs.). *Para além da política econômica*. São Paulo: Editora UNESP Digital, 2018, pp. 91-127.
- BIANCHI, Alvaro. “Por que a FIESP apoia o impeachment?”. In: *Blog Junho*, 18/12/2015. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/por-que-a-fiesp-apoia-o-impeachment>. Acesso em: 13/04/2020.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BOITO JR, Armando. *Reforma e crise política no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.
- BRAGA, Ruy. “Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes”. In: SINGER, André & LOUREIRO, Isabel (orgs.). *As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?* 1a. edição. São Paulo: Boitempo, 2016, pp. 55-92.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A construção política do Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2015.
- CAMPELLO, D. “Entre o capital e o voto: disciplina de mercado e eleições na América Latina”, *Cadernos Adenauer XIX, Política e Mercado*, n. 2, pp. 9-34, Rio de Janeiro: Fundação Conrad Adenauer, 2018.
- CARNEIRO, Ricardo. “Navegando a contravento: uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do governo Dilma Rouseff”. In: CARNEIRO, Ricardo; BALTAR, Paulo & SARTI, Fernando (orgs.). *Para além da política econômica*. São Paulo: Editora UNESP Digital, 2018, pp. 11-54.
- CARVALHO, Laura. *A valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Editora Todavia, 2018.
- “CENTRAIS sindicais protestam em frente à FIESP na avenida paulista”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 06/08/2013. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,centrais-sindicais-protestam-em-frente-a-fiesp-na-avenida-paulista,161131e>. Acesso em: 12/12/2019.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). *101 propostas para a modernização trabalhista*. Brasília: CNI, 2012. Disponível em: <http://www.abinee.org.br/informac/arquivos/cniprop.pdf>. Acesso em: 02/12/2015.

DALLA COSTA, Armando & SOUZA-SANTOS, Elson Rodrigo de. “Financeirização e reestruturação produtiva: evidências pós-crise financeira de 2008”, *Revista de Economia e Tecnologia (RET)*, ano 8, n. 1, pp. 35-46, janeiro 2012.

DE CONTI, Bruno & BLIKSTAD, Nicholas. “Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que querem que sejamos e o que queremos ser”. In: CARNEIRO, Ricardo; BALTAR, Paulo & SARTI, Fernando (orgs.). *Para além da política econômica*. São Paulo: Editora UNESP Digital, 2018, pp. 55-91.

DELFINO NETTO, Antonio. “Voltarão os investimentos?”. *Valor Econômico*, São Paulo, 4/12/2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2927030/voltarao-os-investimentos>. Acesso em: 30/11/2015.

DINIZ, Eli. “Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações”, *Revista Política e Sociedade*, ano 9, n. 17, Florianópolis, outubro 2010. Disponível em: http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/21594_Cached.pdf. Acesso em: 20/06/2015.

“EMPRESÁRIOS defenderão medida para inibir investimentos na poupança”. *UOL*, 02/05/2012. Disponível em: <http://m.terra.com.br/noticia?n=9109490b3f731410VgnCLD200000bbcceb0aRCRD>. Acesso em: 25/11/2015.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Juros e importações altos, câmbio e PIB baixo. Fiesp questiona: Até quando?*. São Paulo: FIESP, 08/12/2010. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/juros-e-importacoes-altos-cambio-e-pib-baixo-fiesp-questiona-ate-quando>. Acesso em: 11/11/2015.

_____. *FIESP/CIESP: Bancos também precisam baixar os juros*. Nota pública. São Paulo: FIESP, 18/04/2012. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/fiespciesp-bancos-tambem-precisam-baixar-os-juros>. Acesso em: 25/11/2015.

_____. *Nota oficial: ‘não é hora de subir os juros’, comenta Paulo Skaf sobre decisão do Copom de elevar Selic para 9%*. São Paulo: FIESP, 29/08/2013a. Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/noticias/nota-oficial-nao-e-hora-de-subir-os-juros-comenta-paulo-skaf-sobre-decisao-do-copom-de-elevar-selic-para-9>. Acesso em: 02/12/2015.

_____. *Agenda de integração externa*. São Paulo: FIESP, 23/06/2013b. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/agenda-de-integracao-externa>. Acesso em: 02/12/2019.

_____. *Índices, pesquisas e publicações: participação da indústria de transformação no PIB*. São Paulo: FIESP, 12/12/2014. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/participacao-da-industria-de-transformacao-no-pib-1947-2014>. Acesso em: 11/03/2019.

_____. *FIESP e CIESP definem apoio ao processo de impeachment*. Nota Pública. São Paulo: FIESP, 14/12/2015. Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/noticias/fiesp-e-ciesp-definem-apoio-a-processo-de-impeachment>. Acesso em: 10/03/2016.

_____. *Entidades que representam milhares de empresas e milhões de trabalhadores definem na Fiesp apoio ao impeachment*. São Paulo: FIESP, 17/03/2016. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/entidades-que-representam-milhares-de-empresas-e-milhoes-de-trabalhadores-definem-na-fiesp-apoio-ao-impeachment-ja>. Acesso em: 18/03/2016.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO & FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Nota oficial – FIESP e FIRJAN em prol da governabilidade do país*. São Paulo: FIESP, 06/08/2015. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/nota-oficial-firjan-e-fiesp-em-prol-da-governabilidade-do-pais>. Acesso em: 02/03/2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO et alii. *Brasil do diálogo, da produção e do emprego*. Acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e do emprego. São Paulo: FIESP, maio 2011. Disponível em: http://www.smabc.org.br/Interag/temp_img/%7B810B756E-4C7F-460D-936B3E53A6382B94%7D_Brasil%20do%20Dialogo%20HIGH%20QUALITY.pdf. Acesso em: 13/11/2015.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. *Uma ponte para o futuro*. 29/10/2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/uma-ponte-para-o-futuro.pdf>. Acesso em: 02/03/2019.

FRANCINI, Paulo & SOUZA, Rogério Cesar. *Produtividade, salários e crise na indústria*. São Paulo: FIESP, 28/10/2013. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/produtividade-salarios-e-a-crise-da-industria>. Acesso em: 03/12/2015.

IANONI, Marcus. *Estado e coalizões no Brasil (2003-2016): social-desenvolvimentismo e neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2018.

“INDÚSTRIA pede gasto eficiente em vez de alta da Selic”. *Isto É Dinheiro*, São Paulo, 10/07/2013. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20130710/industria-pede-gasto-eficiente-vez-alta-selic/134750>. Acesso em: 02/12/2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Taxa de desemprego: série histórica*. Brasília: IPEA, 02/12/2016. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38401>. Acesso em: 10/05/2019.

LAGUNA, Eduardo; ALONSO, Olivia & RIBEIRO, Ivo. “Dono da CSN diz que Brasil enfrenta risco de recessão inédito”. *Valor Econômico*, São Paulo, 13/08/2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/3650556/dono-da-csn-diz-que-brasil-enfrenta-risco-de-recessao-inedito>. Acesso em: 10/12/2015.

LAPAVITSAS, Costas. “Theorizing financialization”, *Work, Employment and Society*, vol. 25, n. 4, pp. 611-626, 2011.

LEO, Sergio. “Industriais com Dilma na disputa elétrica”. *Valor Econômico*, São Paulo, 26/11/2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2916532/industriais-com-dilma-na-disputa-eletrica>. Acesso: 25/11/2015.

MACIEL, Alice. “Como as federações empresariais se articularam pelo impeachment”. *Agência Pública*, São Paulo, 25/08/2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/08/como-as-federacoes-empresariais-se-articularam-pelo-impeachment>. Acesso em: 02/03/2019.

MANCUSO, Wagner Pralon. “O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa”, *Revista de Sociologia e Política*, n. 28, pp. 131-146, junho 2007a.

_____. *O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Humanitas-EDUSP, 2007b.

MARQUETTI, Adalmir; HOFF, Cecília & MIEBACH, Alessandro. “Profitability and distribution. The origin of the Brazilian economic and political crisis”, *Latin American Perspectives*, vol.47, n. 230, pp. 115–33, 2020.

MELLO, Guilherme & ROSSI, Pedro. “Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma”. Texto para discussão. *Instituto de Economia da UNICAMP*, junho 2017. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3538/TD309.pdf>. Acesso em: 08/05/2021.

MIOTO, Ricardo. “Renda maior do trabalhador come lucro”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 07/10/2013. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/10/1352429-renda-maior-do-trabalhador-come-lucro.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/10/1352429-renda-maior-do-trabalhador-come-lucro.shtml). Acesso em: 02/12/2019.

OLIVON, Beatriz. “Taxa de investimento cai de 19,3% para 18,1% em 2012”. *Revista Exame*, São Paulo, 01/03/2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/taxa-de-investimento-cai-de-19-3-para-18-1>. Acesso em: 30/11/2015.

PEREZ, Reginaldo Teixeira & BARBOSA, Luís Guilherme Camfield. “Antonio Palocci e o pêndulo do Partido dos Trabalhadores: entre a política e o mercado”, *Revista Em Tese*, v. 16, pp. 8-29, Florianópolis, 2019.

PERISSINOTTO, Renato. “Marxismo e Ciência Social: um balanço crítico do marxismo analítico”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 25, n. 73, pp. 113-128, junho 2010.

“PIB industrial cai e de serviços sobe em 2012”. *Exame*, São Paulo, 01/03/2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/pib-industrial-cai-e-de-servicos-sobe-em-2012-diz-ibge>. Acesso em: 30/11/2019.

PRZEWORSKI, Adam & WALLERSTEIN, Michael. “The structure of class conflict in democratic societies”, *American Political Science Review*, ano 76, 1981.

ROUSSEFF, Dilma. “Fomos ingênuos em relação aos meios de comunicação”. [Entrevista concedida ao jornal Esquerda Petista]. *Revista Fórum*, 14/06/2017. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/dilma-fomos-ingenuos-em-relacao-aos-meios-de-comunicacao>. Acesso em: 13/03/2019.

RUGITSKY, Fernando. “Do ensaio desenvolvimentista à austeridade: uma leitura kaleckiana”. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & BASTOS, Pedro Paulo Zahluth (orgs.). *Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff*. São Paulo: Carta Maior/Friederich Ebert Stiftung, 2015, pp. 131-138.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2017.

SERRANO, Franklin & SUMMA, Ricardo. “Conflito distributivo e o fim da ‘breve era de ouro’ da economia brasileira”, *Novos Estudos – CEBRAP*, v. 37, n. 2, pp. 175-189, São Paulo, maio-agosto. 2018.

SINGER, André Vitor. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. “Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)”, *Novos Estudos – CEBRAP*, n. 102, pp. 39-67, São Paulo, julho 2015.

_____. *O Lulismo em crise: um quebra-cabeça do Governo Dilma*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

SKAF, Paulo; HENRIQUE, Arthur & SILVA, Paulo Pereira da. “Um acordo pela indústria brasileira”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26/05/2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2605201107.html>. Acesso em: 13/11/2015.

STEINBRUCH, Benjamin. “Um país diferente”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 09/10/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/70974-pais-diferente.shtml>. Acesso em: 26/11/2015.

_____. “Marina é ‘boa opção’ e Dilma está longe da ‘realidade’, diz Steinbruch”. [Entrevista concedida a Kennedy Alencar]. *Blog do Kennedy*, 23/09/2014a. Disponível em: <http://www.blogdokennedy.com.br/marina-e-boa-opcao-e-dilma-esta-longe-da-realidadediz-steinbruch-2>. Acesso em: 14/12/2015.

_____. “Benjamin Steinbruch, presidente da Fiesp: Hoje, só um louco investe no Brasil”. [Entrevista concedida a Pedro Dias Leite]. *Revista Veja*, 06/09/2014b. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/benjamin-steinbruch-presidente-dafiesp-hoje-so-um-louco-investe-no-brasil>. Acesso em: 14/12/2015.

TAVARES, Maria da Conceição. “País pode estar perto de recessão moderada, diz Conceição Tavares”. [Entrevista]. *Valor Econômico*, 29/08/2014. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2014/08/29/pais-pode-estar-perto-de-recessao-moderada-diz-conceicao-tavares.ghtml>. Acesso em: 09/03/2019.

VACCARI, Gabriel da Silva. *Empresariado e política no Brasil contemporâneo: o discurso da FIESP e dos bancos frente à política econômica do Governo Dilma Rousseff (2011-14)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria/RS, 2016.

VELASCO E CRUZ, Sebastião Carlos. “Teoria e método na análise de conjuntura”, *Educação & Sociedade*, ano 21, n. 72, pp. 145-152, agosto 2000.